

## Resultados dos exames periciais atrasam inquéritos

Os atrasos dos resultados das perícias prejudicam os prazos de inquérito previstos no Código de Processo Penal. O diagnóstico foi feito este ano pelo Observatório Permanente de Justiça, liderado por Boaventura Sousa Santos.

"A obtenção dos resultados das perícias pode demorar meses ou mesmo anos com consequências na conclusão dos prazos de inquérito." O diagnóstico foi feito pelo Observatório Permanente de Justiça, o grupo nomeado pelo Governo que estudou no terreno as leis penais, em vigor desde Setembro de 2007, liderado por Boaventura Sousa Santos e apresentado em Outubro deste ano.

A conclusão é objectiva: a demora dos resultados das perícias financeiras e dos exames laboratoriais - oito e cinco meses, respectivamente - não permitem que os prazos de inquérito sejam respeitados.

O Código de Processo Penal passou a prever que o Ministério Público encerre o inquérito, "arquivando-o ou deduzindo acusação, nos prazos máximos de seis meses, se houver arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação, ou de oito meses, se os não houver". O prazo pode ser alargado até 12 meses, nos casos dos crimes mais complexos.

Segundo dados fornecidos pela PJ, dos quase 18 mil exames laboratoriais pedidos em 2007 - que podem passar por averiguação de impressões digitais - o tempo médio de resposta foi de 161 dias. Ou seja: mais de cinco meses. Das 58 perícias financeiras pedidas o tempo médio de resposta foi de 8 meses, tal como aconteceu em 2006.

"Se necessitarmos mesmo de uma perícia é o bastante para atrasar o inquérito", é o testemunho de um procurador do Ministério Público que espelha bem esta realidade: "Com muita sorte, se houver presos, o inquérito é concluído dentro do prazo. Se não há, somos obrigados a esperar pelo Instituto de Medicina Legal e pelo Laboratório de Polícia Científica meses ou anos." Outro dos exemplos dados é o caso de um crime de homicídio em que a viúva já está à espera da autópsia há "três ou quatro meses e ainda não veio".

Outra consequência causada pelo atraso das perícias reflecte-se nos atrasos na realização de perícias psiquiátricas. No final de 2008, vários presos tiveram de ser soltos, das cadeias portuguesas, para não ultrapassar o prazo de prisão preventiva. "Houve alguns casos de presos, relativamente aos quais era necessária uma avaliação psiquiátrica mas que acabaram por ser libertados devido à demora do resultado destes exames", segundo explicou o procurador do Ministério Público, Rui Cardoso.